

NOTÍCIAS CNTV/VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 20/Jun



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 1760 | 2017



20 de junho - Dia Nacional do Vigilante

Vigilante é honesto, é de luta, defende a paz e a dignidade

Em todo o país comemoramos hoje o Dia Nacional do Vigilante, histórica reivindicação da categoria conquistada em 2015 com a Lei 13.136, de autoria do senador parceiro dos vigilantes Paulo Paim (PT-RS) e sancionada pela presidente Dilma Rousseff. O dia é para reflexão e reafirmação dos nossos compromissos com a democracia, com a cidadania, com a dignidade da pessoa humana e com a vida.

É um dia para dizer para todo mundo que estamos aí:

- Na luta contra os ataques dos bandidos, sejam eles criminosos comuns ou os caloteiros de plantão;

- Na luta contra os ataques aos nossos direitos e conquistas e dizendo não ao fim da nossa aposentadoria, à reforma trabalhista dos patrões, corruptos e dos golpistas, às maldades e ilegalidades contidas no projeto de Estatuto da Segurança privada (PL 4238/2012);

- Na luta pela manutenção de todas as nossas conquistas: 12x36, pagamento de feriado, intervalo intrajornada, 30% de periculosidade;

- Na luta contra horista, calote, escravidão e

pelegos; na luta pelo Piso Nacional, armas mais potentes, proteção, respeito e valorização.

Tudo isso num ambiente de companheirismo, solidariedade e fraternidade profissional e humana, a exemplo do evento que reuniu mais de três mil vigilantes em Porto Alegre no último sábado, ou 200 em Montes Claros (MG), sem contar as reuniões, eventos, sessões especiais e toda a sorte de atos que marcam este dia.

Parabéns, VIGILANTES DO BRASIL. Gente honesta, de luta e firmes no seu propósito de defesa da vida.

VIVA O DIA DOS VIGILANTES

José Boaventura

Presidente da CNTV

Com participação da CNTV, Sindicato dos Vigilante de Montes Claros realiza 4º Café com o Vigilante



Presidente da CNTV falou sobre a importância da resistência da categoria contra a tentativa de retirada de direitos

Em comemoração ao Dia Nacional do Vigilante (20 de junho), o Sindicato dos Vigilantes de Monte Claros realizou na manhã de sábado (17) o quarto “Café com o Vigilante”. O evento contou com participação de lideranças locais, como o vereador Daniel Dias, e dirigentes sindicais. O presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura, participou do evento representando a entidade.

Aproximadamente 200 pessoas, entre vigilantes e seus familiares, participaram do evento – incluindo companheiros de Montes Claros e de municípios vizinhos. Realizado na quadra do Sindicato da Saúde e Comerciários, o evento teve ainda distribuição de brindes, inclusive uma moto 0km doada pela Promed Plano de Saúde.

Durante o evento, Boaventura avaliou a situação atual do país e as lutas e desafios da classe trabalhadora e dos vigilantes como as reformas trabalhista e previdenciária, o estatuto da segurança privada e as investidas contra o emprego da categoria. “A resposta foi bastante positiva. Os

companheiros estão comprometidos em participar das lutas e se recusam a ficar de braços cruzados”, afirmou.

“Em nome de toda a diretoria da CNTV parabeno os companheiros do Sindicato dos Vigilantes de Montes Claros e toda a base pela disposição de luta e compromisso com a agenda da categoria”, finalizou Boaventura.

Fonte: CNTV



VIGILANTE, PARABÊNS PELO SEU DIA

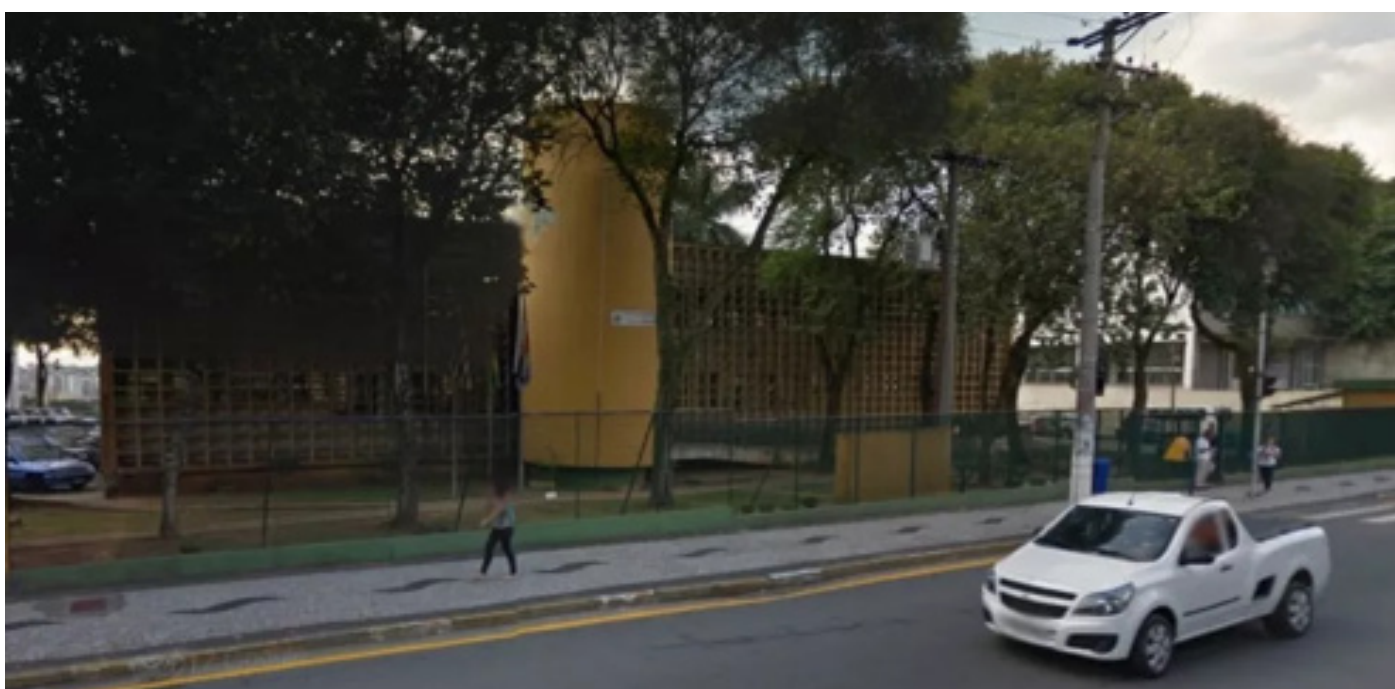
20 DE JUNHO - DIA NACIONAL DO
VIGILANTE

Confederação Nacional dos Vigilantes - CNTV



Fóruns de SP têm falta de câmeras e número reduzido de vigilantes

Esquemas de segurança deixam a desejar na Lapa e em Osasco. Dois fóruns foram roubados por bandidos nos últimos 15 dias; eles levaram armas que eram provas de crimes.



Fórum de Diadema, que foi alvo de assalto no sábado (17) (Foto: Reprodução/Google Street View)

Muros baixos, grades sem proteção, ausência de câmeras e número reduzido de vigilantes. É desta forma que funcionam alguns dos fóruns da Grande São Paulo. Duas casas de Justiça do estado foram roubadas nos últimos 15 dias e, como pode comprovar a reportagem do Bom Dia São Paulo, os alvos não foram escolhidos à toa pelos criminosos.

Nos fóruns ficam guardadas provas de crime que estão em julgamento, entre elas diversas armas. São áreas de segurança que exigem proteção permanente, mas não é o que acontece nos fóruns da Lapa, na Zona Oeste da capital paulista, e de Osasco, na região metropolitana, por exemplo. Em

ambos o esquema de segurança deixa a desejar.

Na Lapa, o muro é baixo e a cerca, que deveria aumentar a segurança, cobre apenas poucos metros. Depois do obstáculo, apenas uma parede de vidros separa um intruso do interior do fórum. Também não era possível ver nenhuma câmera no entorno do prédio.

As entradas do fórum regional, por uma rua lateral, são protegidas só por uma corrente e, enquanto a equipe do Bom Dia São Paulo esteve no local, ninguém fazia a vigilância do lado de fora. A guarita do suposto segurança estava vazia.

Em Osasco, apenas uma grade separa a

rua da entrada do fórum. Lá, a reportagem tampouco encontrou câmeras que monitoram a movimentação. Um dos vigias que trabalhava no local disse que conta com a ajuda da polícia para fazer a segurança.

A situação é ainda pior na parte lateral do fórum, onde dois prédios vizinhos estão sendo construídos. O terreno é guardado apenas por tapumes finos, baixos e muito mato. O local é pouco iluminado e dá acesso a um estacionamento exclusivo para juízes e promotores, na parte de trás da casa. Não há nada que separe os dois espaços.

Dos fóruns visitados pela reportagem, apenas o regional do Tatuapé, na Zona Leste de São Paulo, tinha esquema de segurança diferenciado - pelo menos do lado de fora. O prédio conta com câmeras de vigilância e os muros que o circundam são altos e protegidos com cerca de arame farpado.

Roubos

Os fóruns de Guarujá, no litoral paulista, e Diadema, na região do ABC, foram alvos de bandidos nos últimos 15 dias. No segundo, três bandidos encapuzados dominaram os vigilantes,

serraram cadeados e passaram por três portas para roubar 391 armas, entre pistolas, révolvers, submetralhadoras e até um fuzil que estavam no depósito.

Após os crimes, o governador Geraldo Alckmin disse que as armas não deveriam estar nos fóruns. É que, desde junho do ano passado, as armas provas de crime devem ser armazenadas em batalhões da Polícia Militar (PM). Lá elas permanecem enquanto forem úteis para os processos penais e, depois, são encaminhadas ao Exército e destruídas.

Em nota, o Tribunal de Justiça do Estado disse que as polícias Civil e Militar estão encarregadas da investigação dos roubos e da recuperação das armas levadas. Nos quatro primeiros meses deste ano, 51 armas foram apreendidas em São Paulo ao todo. Neste ritmo, a polícia precisaria de dois anos e meio para recuperar o armamento roubado no ataque ao Fórum de Diadema, por exemplo.

Fonte: G1

Empresas de deputados e senadores devem R\$ 372 milhões à Previdência

Enquanto debatem a Reforma da Previdência, deputados federais e senadores estão associados a empresas que devem R\$ 372 milhões ao INSS. Segundo levantamento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, 73 deputados e 13 senadores estão ligados a grupos devedores da previdência - 1 em cada 7 congressistas.

As empresas presentes no levantamento têm parlamentares como sócios, presidentes,

fundadores ou administradores. Casos em que os CNPJs estão vinculados aos CPFs dos congressistas. Entre elas, há redes de televisão e rádio, hotéis, frigoríficos, companhias siderúrgicas e até diretórios de partidos políticos.

Dívidas milionárias

Entre os devedores, 4 senadores e 11 deputados têm empresas que somam dívidas superiores a um

milhão de reais.

O líder do ranking é o senador Fernando Collor (PTC-AL). O ex-presidente está associado a cinco empresas que devem R\$ 112 milhões, todas elas atuam no ramo de comunicação. A TV Gazeta, retransmissora da TV Globo, tem Collor como sócio e deve R\$ 46 milhões ao INSS.

A assessoria de imprensa do senador afirmou, por e-mail, que “o Senador não participa diretamente da gestão das empresas de comunicação de sua família, mas acompanha os esforços da diretoria para, mesmo diante do quadro de grave retração econômica, assegurar a continuidade da atividade e garantir o emprego de funcionários, ainda que sacrificando momentaneamente a pontualidade no cumprimento de algumas obrigações de natureza fiscal”.

Entre os deputados federais, a maior dívida é de Marinaldo Rosendo (PSB-PE), com R\$ 105 milhões. Somente a PR Distribuidora de Bebidas e Alimentos, da qual ele é sócio, deve R\$ 99 milhões ao INSS.

Rosendo não retornou os e-mails e ligações da reportagem. A Repórter Brasil enviou mensagens e ligou para o gabinete de todos os deputados federais e senadores com dívidas superiores a R\$ 1 milhão.

O senador Cidinho Santos (PR-MT) informou por e-mail que a dívida de R\$ 3,2 milhões foi parcelada e está sendo paga. Ele diz ainda que está afastado da administração das empresas desde que assumiu o mandato.

O deputado Alfredo Kaefer (PSL-PR), associado a cinco empresas que devem R\$ 24 milhões, alega que as dívidas são fruto de um erro judicial. Segundo ele, uma de suas empresas entrou em falência e teve os efeitos das dívidas estendidos a outras companhias. “Foi um ato arbitrário de um juiz, depois anulado pelo Superior Tribunal de Justiça”. Ele diz estar aguardando a reintegração dos proprietários para parcelar a dívida.

Na mesma linha, o deputado Newton Cardoso Junior (PMDB-MG) disse, por meio de sua assessoria, que “é um direito de qualquer cidadão

discutir na justiça tributos considerados cobrados indevidamente”. Embora declare não mais atuar na direção das empresas devedoras, ele consta como fundador e administrador de seis grupos – entre eles um hotel e uma companhia siderúrgica – que acumulam dívida de mais de R\$ 20 milhões com o INSS.

O deputado Celso Russomanno (PRB-SP) informou que a dívida de R\$ 1,6 milhão referente ao Bar e Restaurante do Alemão está parcelada e sendo paga. Ele disse acreditar que em 60 meses os débitos estarão quitados. Russomanno alega que o empreendimento foi fechado e que era sócio minoritário do restaurante, detentor de 20% do negócio.

Os outros deputados federais e senadores procurados não responderam à reportagem.

As dívidas contabilizadas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional incluem aquelas consideradas como em “situação regular”: foram parceladas, suspensas por decisão judicial ou garantidas de alguma forma pelo devedor. Além das cobranças em andamento sem nenhum tipo de garantia, consideradas como em “situação irregular”.

Apesar dos parlamentares localizados alegarem que suas dívidas estariam em situação regular, 75% do total devido está em situação irregular.

Há três principais maneiras de uma empresa entrar na dívida ativa da União como devedora da Previdência: quando ela não repassa a contribuição previdenciária do trabalhador ou do empregador ao INSS ou quando ela paga essas contribuições sobre um valor inferior ao salário real.

Os dados foram consolidados pela procuradoria em abril deste ano, e foram obtidos através do portal da Controladoria-Geral da União, onde são disponibilizados todos os pedidos de acesso à informação feitos ao Executivo Federal e suas respostas.

Fonte: Repórter Brasil

Oposição derrota governo, e reforma trabalhista empaca no Senado

Foram 10 votos contrários e nove favoráveis a relatório na Comissão de Assuntos Sociais. Parlamentares comemoram aos gritos de “Fora Temer”. Colegiado aprovou voto em separado de Paim, que vai à CCJ



Senadores comemoram derrota de Temer na CAS. Parecer de Paim, e não o de Ferraço, seguirá para a CCJ

De forma surpreendente, o relatório do projeto de “reforma” trabalhista (PLC 38) foi rejeitado no início da tarde de hoje (20) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado. Foram 10 votos contrários e nove favoráveis ao parecer de Ricardo Ferraço (PSDB-ES). A oposição comemorou com gritos de “Fora Temer”. O resultado contraria os planos do governo, que contava com a aprovação hoje e, na sequência, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), previa que o texto estaria pronto para ir a plenário a partir do próximo dia 28.

Logo depois da rejeição inesperada, foi aprovado simbolicamente o voto em separado de Paulo Paim (PT-RS), contrário ao projeto do governo. Durante toda a sessão da CAS, o parlamentar gaúcho apelou para um entendimento em outras bases,

criticando o “desespero” de aprovar um texto sem qualquer emenda. É o parecer de Paim, e não mais o de Ferraço, que seguirá para a CCJ.

“Qualquer pessoa séria, ao ler aquele projeto, acha aquilo inaceitável. Vamos pegar os votos em separado, os quatro da oposição e o (texto) do relator, vamos sentar e ver o que é possível construir. É possível construir um grande entendimento, aí o projeto volta para a Câmara e ela ratifica ou não. Isso é bom senso, o razoável, ninguém está dizendo que não é para fazer reforma nenhuma, nós tiraríamos todos os absurdos”, acrescentou Paim.

Mais uma vez, Ferraço ignorou mais de 200 emendas, número próximo ao da Comissão de Assuntos Econômicos (onde seu relatório foi aprovado por 14 a 11), e manteve na íntegra o texto aprovado na Câmara, ainda como PL 6.787. Fez

apenas “recomendações” de vetos presidenciais, no que ele chama de “acordo institucional”, mas que muitos de seus pares têm desconfiança quanto ao cumprimento. Sindicalistas e parlamentares tentam negociar com o governo a edição de uma medida provisória com pontos específicos.

Ferraço insistiu no discurso de que o projeto corrige “distorções estruturais” do mercado de trabalho e ajudará incorporar excluídos. “O que está por trás desse projeto é a redução do custo do trabalho”, contestou o líder do PT, Lindbergh Farias (PT-RJ). “A economia não vai reagir com essas medidas.”

Para Humberto Costa (PT-PE), o Estado deve ter um papel de equilíbrio nas relações trabalhistas, “e esse projeto tende totalmente para o empresariado”. Randolfe Rodrigues (Rede-AP) afirmou que se tratava de uma proposta defendida por um presidente da República “prestes a ser denunciado”, referindo-se a Michel Temer. “Em

qualquer democracia chinfrim, o governo já teria caído.”

“Nós vamos recuperar o país”, disse Romero Jucá, minutos antes da votação. “A motivação aqui é derrubar o governo”, acrescentou. Confiante na aprovação na CAS e na CCJ, ele chegou a dizer que o PLC 38 estaria no dia 28 com o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), para que ele pusesse em pauta quando achasse melhor.

Na semana passada, quatro senadores da oposição apresentaram votos em separado: Paim, Randolfe, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Lídice de Mata (PSB-BA). Eles protestaram contra o fato de, ao não incluir nenhuma emenda, o Senado abriu mão do papel de Casa revisora. “Não pode vir um projeto que altera a CLT em 117 artigos aqui para a Casa e a gente só carimbar, sabendo que a Câmara cometeu absurdos”, criticou Paim.

Fonte: Rede Brasil Atual

O QUE NÃO TE CONTARAM SOBRE A REFORMA TRABALHISTA

O contrato intermitente permite o pagamento do valor/hora do salário mínimo, sem assegurar ao empregado um número mínimo de horas trabalhadas no mês. Assim, apesar de ficar à disposição da empresa durante todo o período, aguardando convocação, o empregado receberá apenas as horas trabalhadas. Se não convocado, **nada receberá.**

NOVO ART. 443, § 3º:

Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, **com subordinação**, não é contínua, **ocorrendo com alternância de períodos** de prestação de serviços e de inatividade, **determinados em horas, dias ou meses**, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria.



ASCOM (MPT-DF/TO)

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF